

Em defesa do emprego bancário, combate à precarização e fechamento de agências

A 2ª rodada de negociações da Campanha Nacional 2026 para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) está marcada para esta terça-feira, quando a categoria reivindicará da Fenaban a defesa do emprego bancário, contra a precarização do atendimento e o fechamento de agências.

"Os bancos seguem lucrando, mas continuam promovendo reestruturações no setor, com o fechamento de agências, transferência de atividades, ampliação de terceirizações e usando as novas tecnologias sem garantir a necessária proteção aos trabalhadores", destaca a coordenadora do Comando Nacional dos Bancários e das Bancárias, Juvandia Moreira.

Em 2025, os cinco maiores bancos obtiveram conjuntamente um lucro líquido de R\$ 124 bilhões. Entre 2020 e 2025, os bancos públicos e privados registraram crescimento de 46% e 114%, respectivamente, no lucro líquido.

Entretanto, apesar desses resultados multibilionários, desde 2016 o setor eliminou mais de 83,5 mil postos de trabalho e, desde 2015, mais de 8,5 mil agências (queda de 37% na rede física).

A reestruturação, entretanto, não para na queda de agências e do atendimento humanizado e presencial aos clientes, mas inclui a precarização do emprego bancário, com aumento da terceirização das atividades bancárias e de contratação de funcionários como PJs. "O serviço bancário deve ser feito por bancários, com direitos, segurança e qualidade no atendimento", reforça Juvandia Moreira.

O movimento sindical aponta também que os bancos estão concentrando ainda mais os lucros advindos dos processos de automação e usos de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial. "As mudanças tecnológicas não podem significar demissão, sobrecarga, vigilância abusiva ou retirada de direitos", completa Juvandia.

Entre as reivindicações relacionadas ao emprego, estão:

- Garantia de emprego: proibição de demissões em massa e fim da rotatividade injustificada;
- Proteção nas reestruturações: mudanças por fusões ou tecnologia devem ser negociadas antes com o movimento sindical;
- Fim da terceirização: quem faz atividade bancária deve ser reconhecido como bancário, com todos os direitos da categoria;
- Tecnologia com proteção: criação de comissão para acompanhar a automação e impedir vigilância abusiva;
- Agências digitais também são bancos: direitos iguais e jornada regulada para quem trabalha em escritórios digitais;
- Mais contratações: número adequado de funcionários para reduzir filas, a sobrecarga e o estresse;
- Qualificação e inclusão: incentivo à formação de mulheres na TI e processos seletivos sem preconceito de raça, gênero ou idade.